

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DA AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2018
(Do Sr. ARNALDO JORDY)**

*Requer a realização de Audiência Pública
para debater o descumprimento das
condicionantes por parte do Consórcio Norte
Energia na construção da Usina Hidrelétrica
de Belo Monte na Bacia do Xingu.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para discutir o descumprimento, pelo Consórcio Norte Energia, de parte das condicionantes impostas pelo licenciamento para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Bacia do Rio Xingu.

Nesse sentido, solicito sejam convidados representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Sr. Paulo Roberto Ribeiro Pinto, Diretor Presidente do Consórcio Norte Energia;
- Governo do Estado do Pará;
- Ministério Público Federal do Estado do Pará;
- Defensoria Pública da União;
- Ibama;
- Instituto Sócio Ambiental – ISA; e
- Comitê Xingu Vivo.

JUSTIFICAÇÃO

Em 29 de maio de 2015 foi realizada por esta Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, uma Mesa-Redonda no Município de Altamira, no Estado do Pará, com a finalidade de debater os impactos da construção de Belo Monte. O evento contou com a presença de parlamentares, representantes de movimentos sociais, da OAB – Estado do Pará e Defensoria Pública da União. No entanto, o representante do Consórcio Norte Energia, responsável pela construção da usina de Belo Monte, embora convidado, não compareceu.

Naquela ocasião, ficou evidenciado o grau de insatisfação das pessoas atingidas pelo empreendimento. Além disso, a ausência de representante do Consórcio Norte Energia acentuou a desconfiança de que as exigências de compensação efetuadas para minimizar os impactos socioambientais não haviam sido completamente atendidas.

A construção ficou condicionada ao cumprimento de uma lista com 23 obrigações que o Consórcio recebeu em 2011, quando o Ibama autorizou sua instalação. Tudo teria que ser cumprido até 2014, antes de a usina começar a operar. Depois de ter enfrentado uma série de dificuldades durante a construção do projeto, a usina foi inaugurada com um ano de atraso, em maio de 2016.

A ex-presidente do Ibama, Marilene Ramos, foi a responsável por conceder a licença de operação para a usina de Belo Monte. Ela disse que o Consórcio Norte Energia atendeu a maior parte das condições e, por isso, a usina recebeu licença de funcionamento. No entanto, foram aplicadas multas de R\$ 60 milhões por descumprimento de alguns condicionantes ambientais, fato que motivou uma repactuação para o cumprimento dessas condicionantes que faltaram.

Entre esses novos pontos acordados está a ligação da rede de esgoto com as casas. Em julho de 2016 o Consórcio prometeu entregar

a obra da ligação da rede de esgoto até setembro daquele ano. Mas ao que tudo indica não entregou. Tanto que o Ministério Público Federal

quer cassar a licença da usina pelo atraso na solução do problema do saneamento na cidade.

Recentemente, a procuradora da República Jerusa Burmann Viecili, da força-tarefa da Operação Lava Jato, do Ministério Público Federal, em Curitiba, aponta que as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte causaram ‘graves impactos ambientais’ e também ‘prejuízo econômico para a sociedade’. A construção é alvo da Operação Buena Fortuna, deflagrada em 09 de março de 2018.

Por todas as razões ora elencadas é indispensável realizar uma audiência pública para discutir o superfaturamento das obras, o não cumprimento integral das medidas mitigadoras, o efetivo pagamento ou não das multas aplicadas, além das medidas tomadas pelas autoridades governamentais competentes para exigir o cumprimento das condições impostas para o funcionamento da usina.

Solicito o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de abril de 2018.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA